Caderno de Encargos

Ajuste Direto ao abrigo do "Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis II (CNCM-AQ/21/2020)"

Cláusula 1ª – Objeto

1. O presente procedimento por Ajuste Direto tem por objeto a aquisição de **Carregadores Inteligentes**, a que corresponde aos **Lotes 6 e 7** do "Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis II (**CNCM-AQ/21/2020**)", promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), concretamente:

Carregador para Espaços Públicos	
Lote	Características
6.21	Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento
7.1	Adaptação a Quadro Parcial existente
7.2	Ativação RFID
7.6	Carregador Trifásico 22 kW 3 x 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m
7.8	Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades
7.9	Comunicação Ethernet
7.11	Contador Trifásico C/ Certificação MID
7.14	Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m
7.23	Proteção 32A completa (*a,b,c,d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A
7.27	Quadro Parcial p/ carregador elétrico

2. O fornecimento dos bens mencionados no número anterior, será realizado nos termos e condições constantes das peças do procedimento do Acordo Quadro ao abrigo do qual é promovido o presente procedimento e ainda do Convite, do presente Caderno de Encargos e da proposta do Cocontratante, documentos que farão parte integrante do contrato a celebrar.

Cláusula 2ª – Regras dos Procedimentos

1. A aquisição dos bens e serviços ao abrigo deste acordo é efetuada através de convite ao Cocontratante.
2. As Entidades Adquirentes podem atualizar as características dos bens a adquirir ao abrigo do Acordo Quadro, modificando-as ou substituindo-as por outras, desde que se mantenha o tipo de prestação e os objetivos das especificações fixadas no procedimento de formação do Acordo Quadro e desde que tal se justifique em função da ocorrência de inovações tecnológicas.
3. As Entidades Adquirentes devem prever as especificações técnicas dos bens a adquirir por referência às constantes no presente Acordo Quadro e nos seus anexos ou outras

Lote	Carregador para Espaços Públicos Características	Preço Base (Euros)
6.21	Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento	1 167,54 €
7.1	Adaptação a Quadro Parcial existente	1 290,50 €
7.2	Ativação RFID	217,50 €
7.6	Carregador Trifásico 22 kW 3 x 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m	6 670,00 €
7.8	Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades	123,25 €
7.9	Comunicação Ethernet	159,50 €
7.11	Contador Trifásico C/ Certificação MID	725,00 €
7.14	Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m	3 032,00 €
7.23	Proteção 32A completa (*a,b,c,d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A	4 976,40 €
7.27	Quadro Parcial p/ carregador elétrico	3 335,00 €

Cláusula 4ª – Preço Contratual e Condições de Pagamento

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Acordo Quadro e do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adquirente pagará ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às entidades adquirentes nomeadamente, deslocação de meios humanos, alimentação, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. A Entidade Adquirente obriga-se a pagar ao Cocontratante o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no seguinte modo:
    a. Duas prestações:
        i. 10% com a assinatura do contrato;
        ii. 90% com a entrega dos bens objeto do contrato.
4. O Cocontratante emitirá as faturas após o vencimento da respetiva obrigação de entrega dos bens.
5. O pagamento das faturas será realizado pela Entidade adquirente no prazo de 60 dias após a sua efetiva receção.
6. O Cocontratante obriga-se a emitir fatura nos termos e prazos acordados, devendo fazer menção dos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:

l) Manter sigilo e garantir confidencialidade;

m) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas nos contratos.

Cláusula 6ª – Obrigações da Entidade Adquirente

1. Constituem obrigações da Entidades Adquirente:

a. Ao celebrar o contrato com o cocontratante, fazê-lo nas condições expressas no Caderno de Encargos e de acordo com as regras previstas na cláusula 21ª do Acordo Quadro;

b. Reportar à Entidade Gestora toda a informação relativa à contratação realizada ao abrigo do Acordo Quadro e respetivos pagamentos efetuados até 10 (dez) dias úteis após a adjudicação e sempre que lhes seja solicitado, no mesmo prazo;

c. Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;

d. Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à Entidade Gestora, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo Quadro ou dos Contratos celebrados ao seu abrigo;

e. Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos e serviços prestados ao abrigo do Acordo Quadro, sempre que lhe seja solicitado pela Entidade Gestora;

f. Comunicar ao Cocontratante a nomeação de um responsável pela gestão do Contrato celebrado ao abrigo do Acordo Quadro, bem como quaisquer alterações relativas a essa nomeação.

2. A informação referida na alínea b) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de contratação elaborados, em formato XLS, e remetidos, para o e-mail da Entidade Gestora: info@centralconnect.pt.

Cláusula 7ª – Forma e Prazo Contratual

1. Os Contratos cujo preço contratual seja superior a 10.000€ (dez mil euros) devem ser reduzidos a escrito.

2. Os Contratos podem produzir efeitos para além da vigência do Acordo Quadro, desde que não ultrapassem o prazo máximo de 3 (três) anos.

b. O preenchimento, no ato da entrega, do documento "Auto de Entrega/ Receção do equipamento" onde conste o registo, a entrega da documentação obrigatória, manual de utilização do fabricante e livro de garantia.

Cláusula 11ª – Garantia e Assistência Técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante o bem objeto do presente Acordo, pelo prazo mínimo de 2 anos, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro, que se revelem a partir da respetiva aceitação.
2. A garantia prevista no número anterior abrange, nomeadamente:
    a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
    b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
    c. A reparação ou substituição de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
    d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
    e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
    f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
    g. A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Entidade Adquirente tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de prazo razoável fixado pela Entidade Adquirente e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que os mesmos se destinam.

Cláusula 14ª – Sanções Contratuais

1. O incumprimento das obrigações contratuais por parte do Cocontratante, por facto que lhe seja imputável, poderá dar lugar à aplicação de sanções pecuniárias até ao valor limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do direito de resolução do contrato nos termos previstos na cláusula seguinte.
2. Para efeitos do disposto no número anterior deverão, nomeadamente, ser previstas sanções pelo incumprimento dos prazos referidos na cláusula 20ª, que em qualquer caso não poderão exceder o montante de € 50 (cinquenta euros) por cada dia de atraso.
3. Sem prejuízo das sanções que sejam fixadas nos termos previstos nos números anteriores, as Entidades Adquirentes devem aplicar sanções pecuniárias, a definir por si, às entidades Cocontratantes em caso de incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos de fornecimento de serviços definidos no Caderno de Encargos.
4. O valor das sanções pecuniárias pode ser reduzido ao preço contratualizado.

Cláusula 15ª – Resolução Sancionatória do contrato

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Cocontratante previstas nos Contratos, as Entidades Adquirentes poderão resolver os Contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, a título sancionatório, nos seguintes casos:
    a. Incumprimento definitivo por facto imputável ao Cocontratante;
    b. Incumprimento, por parte do Cocontratante, de ordens diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução de prestações contratuais;
    c. Oposição reiterada do Cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização das Entidades Adquirentes;
    d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos previstos na lei e nos Contratos, desde que a exigência pelos Cocontratantes das obrigações assumidas pelas Entidades Adquirentes contrarie o princípio da boa fé;
    e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no número 1 da cláusula anterior;
    f. Incumprimento pelo Cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;

Cláusula 18ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19º - Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do Acordo Quadro ou dos Contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 20ª – Comunicações e Notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Entidade Adquirente e o cocontratante devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada simples ou com aviso de receção, ou fax.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada simples considera-se recebida na data de depósito indicada pelos serviços postais e por carta registada com aviso de receção, na data em que for assinado o aviso.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Cláusula 21ª – Sigilo e Confidencialidade

1. A Entidade Adquirente e o Cocontratante obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no contrato e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos no fornecimento ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Excluem-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e ou sejam de conhecimento público.

Cláusula 23ª – Foro Competente

Para a apreciação de questões e resolução dos litígios relativos à interpretação, validade ou execução do contrato será decidido em conformidade com o disposto no Acordo Quadro.

Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis II

(CNCM-AQ/21/2020)

ENTRE:

MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E. M., S.A., pessoa coletiva n.º 504475606, com sede em TagusPark, Edifício Ciência II, nº 11, 3º Piso B. Porto Salvo, na qualidade de entidade gestora da **CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS,** nos termos do Regulamento 548/2016, de 2 de Junho pulicado na Serie II do Diário da República n.º 106/2016, Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central Nacional de Compras Municipais, aqui representada por Fernando do Nascimento Trigo, portador do cartão de cidadão n.º 07209992 5 ZW9, válido até 05.03.2030, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o ato, doravante designada **"Entidade Gestora"**

E

HELENOS, S.A., pessoa coletiva n.º 502601370, com sede em Travessa da Rua do Viso n.º 2 Cave Esquerda, 3080-175 Figueira da Foz, aqui representada por Fernando de Oliveira Heleno, portador do Bilhete de identidade n.º 4072221, e Albano Jorge de Oliveira Heleno, portador do Bilhete de Identidade n.º 6633550, na qualidade de representantes legais de Helenos, S.A., com poderes para o ato, adiante designada "**Cocontratante**"

Ambas adiante, também designadas, em conjunto, por **"Partes"**

Considerando que:

A. No dia 09 de Abril de 2020 foi tomada pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora decisão de contratar o presente Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis, que determinou o recurso ao procedimento pré contratual de concurso público com publicação de anúncios no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*;

B. O referido procedimento compreendia diversos lotes, divididos em 7 conjuntos, nos exatos termos do *Anexo I*

C. Por decisão do Conselho de Administração da Entidade Gestora, datada de 08 de Junho de 2020, foi adjudicada a proposta apresentada pelo aqui Cocontratante relativamente aos lotes 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 6.9, 6.10, 6.11, 6.12, 6.13, 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18, 6.19, 6.20, 6.21, 6.22, 6.23, 6.24, 6.25, 6.26, 6.27, 6.28, 6.29, 6.30, 6.31, 6.32, 6.33, 6.34, 6.35, 6.36, 6.37, 6.38, 6.39, 6.40, 6.41, 6.42, 6.43, 6.44, 6.45, 6.46, 6.47 e 6.48 do conjunto 6 e dos lotes 7.1 7.2 7.3 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.16, 7.18, 7.19, 7.20, 7.22, 7.23, 7.24, 7.25, 7.26, 7.27, 7.28, 7.29, 7.30, 7.31, 7.32, 7.33, 7.34, 7.35, 7.36, 7.37, 7.38, 7.39, 7.40, 7.41, 7.42, 7.43 do conjunto 7;

D. Por decisão do Conselho de Administração da Entidade Gestora, datada de 19 de Junho de 2020, foi aprovada a minuta do presente Acordo Quadro.

Parte I – Do Acordo Quadro

Título I – Disposições Gerais

Cláusula 1ª

(Definições)

Para efeitos do presente Acordo Quadro entende-se por:

a) **Acordo Quadro** – O presente Contrato escrito, celebrado entre a Entidade Gestora, as Entidades Adquirentes e o Cocontratante com vista a disciplinar as relações contratuais futuras a estabelecer ao longo de um determinado período, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos;

b) **Contratos** – Todos aqueles a celebrar entre a Entidade Gestora ou as Entidades Adquirentes e o Cocontratante, nos termos do presente Acordo Quadro;

c) **Entidades Adquirentes** – Qualquer das entidades que integre a Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), em cada momento;

d) **Cocontratante(s)** – O adjudicatário do Acordo Quadro e dos contratos a celebrar ao seu abrigo;

e) **Gestor de Contrato** – Responsável único nomeado pelo Cocontratante, para gestão do presente Acordo Quadro em articulação com a Entidade Gestora e gestão dos contratos celebrados ao abrigo Acordo Quadro;

f) **Nível de Serviço** – Contrato que específica os níveis de serviço ou de desempenho com que o cocontratante se compromete perante uma determinada Entidade Adquirente, considerando a legislação que regulamenta o setor;

g) **CNCM** - Central Nacional de Compras Municipais, central de compras instituída ao abrigo do disposto nos artigos 260º a 262º do Código dos Contratos Públicos, conforme Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), publicado como Regulamento 548/2016, de 2 de Junho na Serie II do Diário da república n.º 106/2015;

h) **Transformação** – Processo de alteração do veículo original por via de inclusão/ modificação de equipamento específico e essencial à prossecução da atividade a que o veículo se destina, sem a qual não seria passível de ser utilizada na função para a qual venha a ser atribuída.

Cláusula 2ª

(Objeto do Acordo Quadro)

1. O presente Acordo Quadro tem por objeto estabelecer as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no Acordo Quadro a celebrar, para aquisição de Aquisição de Unidades Móveis, entre as Entidades Adquirentes e o Cocontratante e disciplina as suas relações contratuais futuras.
2. Quaisquer entidades que venham a integrar a Central Nacional de Compras Municipais, nos termos do seu Regulamento Orgânico e de Funcionamento, após assinatura do presente Acordo Quadro, podem aderir ao mesmo, nos termos legalmente permitidos, e efetuar as suas aquisições nas condições aqui estabelecidas.
3. O recurso, pelas entidades adquirentes, presente ao Acordo Quadro é facultativo.

4. O Cocontratante fornecerá os bens objeto do presente Acordo Quadro cumprindo com as obrigações, requisitos e especificações técnicas previstas no Caderno de Encargos.

Cláusula 3ª

(Documentos do Acordo Quadro)

1. O presente Acordo Quadro é composto pelo seu clausulado fazendo dele ainda parte integrante os seguintes documentos:
    a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
    b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
    c) O caderno de encargos;
    d) A proposta adjudicada;
    e) Os esclarecimentos prestados pelo Cocontratante sobre a proposta adjudicada.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do presente Acordo Quadro, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art. 99º do Código dos Contratos Públicos ("CCP") e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no art. 101º do CCP.

Cláusula 4ª

(Preço)

1. Pela aquisição dos bens objeto do presente Acordo Quadro as Entidades Adquirentes pagarão os preços unitários máximos previstos no *Anexo II* (os quais não incluem IVA).

Cláusula 5ª

(Prazo de Vigência)

1. O presente Acordo Quadro tem a duração de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, e considera-se renovado por períodos de 12 (doze) meses, se nenhuma das partes o denunciar mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao seu termo.
2. Após a primeira renovação do contrato a Entidade Gestora poderá denunciar o mesmo a qualquer momento, mediante notificação dirigida à outra parte, por carta registada

com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do termo pretendida.

3. O prazo máximo de vigência do presente Acordo Quadro, incluindo renovações, é de 4 (quatro) anos.

Título II – Obrigações das Partes na Gestão e Acompanhamento do Acordo Quadro

Cláusula 6ª

(Obrigações da Entidade Gestora)

Constituem obrigações da Entidade Gestora:

a) Gerir, acompanhar e promover a atualização do presente Acordo Quadro;
b) Estabelecer linhas orientadoras e disponibilizar minutas de peças procedimentais às Entidades Adquirentes;
c) Supervisionar a execução dos contratos, designadamente, realizando auditorias e tratando a informação recebida pelas Entidades Adquirentes e pelo Cocontratante.

Cláusula 7ª

(Obrigações do Cocontratante)

Para além de outras obrigações previstas no caderno de encargos, no presente Acordo Quadro e no Código dos Contratos Públicos, constituem obrigações do Cocontratante:

a) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
b) Permitir que as Entidades Adquirentes e a Entidade Gestora realizem testes de validação das características e desempenho dos bens propostos;
c) Comunicar à Entidade Gestora qualquer facto que ocorra durante a execução do Acordo Quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas para a gestão do Acordo Quadro;
d) Comunicar à Entidade Gestora e às Entidades Adquirentes a nomeação do Gestor de Contrato responsável pela gestão do Acordo Quadro e dos Contratos celebrados ao

abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias;

e) Comunicar à Entidade Gestora e às Entidades Adquirentes, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;

f) Remunerar a Entidade Gestora nos termos previstos no Caderno de Encargos;

g) Produzir e enviar relatórios de faturação à Entidade Gestora, nos termos previstos no Caderno de Encargos, retificando-os sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores apresentados;

h) Para efeitos de habilitação nos procedimentos de aquisição ao abrigo do Acordo Quadro, manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta por parte das entidades adquirentes em sistema a disponibilizar pela Entidade Gestora e de acordo com procedimento a definir por esta;

i) Sempre que solicitado pela Entidade Gestora, disponibilizar declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do Acordo Quadro;

j) Proceder à atualização dos bens e serviços disponibilizados, colaborando com a Entidade Gestora em qualquer ação desencadeada para a atualização do Acordo Quadro, nos termos previstos no presente Acordo Quadro;

k) Apresentar proposta a todos os convites lançados ao abrigo do presente Acordo Quadro, salvo no caso previsto no n.º 8 da Cláusula 21ª;

l) Fornecer os bens e prestar os serviços conforme as condições definidas no presente Acordo Quadro e demais documentos contratuais;

m) Apresentar propostas com preço inferior ou igual ao estabelecido neste Acordo Quadro e que resulta do valor pelo qual a proposta do Cocontratante foi adjudicada;

n) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às propostas, não apresentando propostas condicionadas ou que possam ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;

o) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;

p) Garantir que os bens são fornecidos com todo o equipamento exigido de acordo com as especificações do Caderno de Encargos;

q) Garantir a operacionalidade dos bens fornecidos;

r) Manter sigilo e garantir confidencialidade;

s) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas nos contratos.

Cláusula 8ª

(Obrigações das Entidades Adquirentes)

1. Constituem obrigações das Entidades Adquirentes;

a. Ao celebrar os contratos com o cocontratante, fazê-lo nas condições expressas no Caderno de Encargos e de acordo com as regras previstas na cláusula 21ª;

b. Reportar à Entidade Gestora toda a informação relativa à contratação realizada ao abrigo do Acordo Quadro e respetivos pagamentos efetuados até 10 (dez) dias úteis após a adjudicação e sempre que lhes seja solicitado, no mesmo prazo;

c. Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;

d. Reportar os resultados da monitorização referida na alínea anterior e comunicar, em tempo útil, à Entidade Gestora, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Acordo Quadro ou dos Contratos celebrados ao seu abrigo;

e. Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos e serviços prestados ao abrigo do Acordo Quadro, sempre que lhe seja solicitado pela Entidade Gestora;

f. Comunicar ao Cocontratante a nomeação de um responsável pela gestão dos Contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, bem como quaisquer alterações relativas a essa nomeação.

2. A informação referida na alínea b) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de contratação elaborados, em formato XLS, e remetidos, para o e-mail da Entidade Gestora: info@centralconnect.pt.

Cláusula 9ª

(Conformidade e operacionalidade dos bens)

1. O Cocontratante obriga-se a fornecer os bens objeto do presente Acordo Quadro com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos e na lei.

2. Os bens objeto do presente Acordo Quadro devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 10ª

(Relatórios de Faturação)

1. O Cocontratante deve enviar mensalmente à Entidade Gestora relatórios com indicação das faturas emitidas no âmbito dos Contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, em formato XLS, através do e-mail: info@centralconnect.pt.
2. Os relatórios a entregar pelo Cocontratante devem conter todos os dados e cumprir todas as formalidades exigidas pelo suporte eletrónico a que se refere o número anterior.
3. Caso sejam detetadas irregularidades ou não sejam apresentados os relatórios no prazo fixado para o efeito, a Entidade Gestora notifica o Cocontratante para, num prazo não superior a 5 (cinco) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação no relatório enviado.
4. Os relatórios de faturação devem ser enviados à Entidade Gestora, até ao dia 10 do mês subsequente ao final do mês a que digam respeito.

Cláusula 11ª

(Auditorias)

A qualquer momento a Entidade Gestora, as Entidades Adquirentes, ou outras entidades mandatadas para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da execução dos contratos e cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções e penalidades ou, quando aplicável, reportar as ocorrências detetadas às instâncias competentes.

Cláusula 12ª

(Remuneração da Entidade Gestora)

1. O cocontratante remunera a Entidade Gestora, com uma periodicidade mensal, pelos serviços de gestão, supervisão e comunicação, prestados no âmbito das suas atribuições e relacionados com o Acordo Quadro, por um valor correspondente a 2% (dois por

cento) sobre o total de faturação emitida, sem IVA, às Entidades Adquirentes, ao abrigo do presente Acordo Quadro;

2. A Entidade Gestora emitirá a fatura correspondente ao período em causa após receção dos relatórios de faturação, devendo o pagamento em causa ser efetuado pelo cocontratante até ao 30º dia a contar da data de receção da fatura.

Cláusula 13.º

(Atualização do Acordo Quadro)

1. A Entidade Gestora promoverá a atualização dos bens e serviços a adquirir ao abrigo do Acordo Quadro, modificando-os ou substituindo-os por outros, desde que se mantenha o tipo de prestação e os objetivos dos mesmos, mediante consulta ao Cocontratante, nos termos e em calendário a definir.
2. A atualização deve respeitar o seguinte:
    a. Os bens e serviços devem obedecer, no mínimo, aos requisitos e demais condições previstas no Caderno de Encargos;
    b. O preço atualizado não poderá ser superior ao anteriormente fixado, salvo quando resulte de alterações circunstanciais supervenientes que devem ser devidamente comprovadas.
3. Sem prejuízo do previsto no número 1, o Cocontratante pode requerer a atualização dos bens e serviços, comunicando à Entidade Gestora essa intenção com uma antecedência mínima de 60 dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração, sempre que qualquer circunstância assim o determine.
4. Qualquer alteração só se considera válida quando forem devolvidos ao Cocontratante os documentos de atualização devidamente assinados pela Entidade Gestora e só produzirá efeitos após a sua publicitação.
5. O Cocontratante não pode apresentar propostas em procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro com bens ou serviços que não tenham sido previamente aprovados pela Entidade Gestora e publicitados.
6. Cabe à Entidade Gestora proceder à aprovação e à publicitação das alterações previstas nos números anteriores.

Título III –Suspensão do Acordo Quadro, Sanções e Resolução Sancionatória

Cláusula 14ª

(Suspensão do Acordo Quadro)

1. A Entidade Gestora pode, a qualquer momento, por motivos de interesse público suspender total ou parcialmente a execução do presente Acordo Quadro.
2. A suspensão do Acordo Quadro produz efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Cocontratante, salvo se da referida notificação constar expressamente data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A suspensão do Acordo Quadro poderá ser levantada pela Entidade Gestora em qualquer altura.
4. O Cocontratante não poderá reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão parcial ou total do presente Acordo Quadro.
5. A suspensão do Acordo Quadro não determina a suspensão ou revogação dos procedimentos já lançados ao abrigo do mesmo nem tem qualquer impacto nos contratos em execução.

Cláusula 15ª

(Sanções Pecuniárias por Incumprimento das Obrigações do Cocontratante na Gestão e Acompanhamento do Acordo Quadro)

1. O incumprimento da obrigação prevista na Cláusula 10ª do presente Acordo Quadro confere à Entidade Gestora o direito a ser indemnizada através da aplicação de uma sanção pecuniária de € 50 (cinquenta euros), por cada relatório em falta e dia de atraso.
2. Caso se verifique que os valores apresentados nos relatórios de faturação são inferiores aos valores efetivamente faturados às Entidades Adquirentes, será aplicada uma sanção pecuniária correspondente a 1% (um por cento) da diferença entre os valores efetivamente faturados e os que deveriam ter sido faturados.

Cláusula 16ª

(Resolução Sancionatória por Incumprimento Contratual)

1. O incumprimento, por parte do Cocontratante, das obrigações constantes no Acordo Quadro, nos Contratos celebrados ao seu abrigo ou nos demais documentos

contratuais, confere à Entidade Gestora o direito à resolução do Acordo Quadro relativamente ao Cocontratante incumpridor.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, e sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, consubstancia incumprimento a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação ao Cocontratante:
    a. Incumprimento de normas legais ou regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade;
    b. Incumprimento das obrigações relativas ao pagamento de contribuições à administração fiscal ou à segurança social;
    c. Prestação de falsas declarações;
    d. Não apresentação de proposta aos convites efetuados pelas Entidades Adquirentes ao abrigo do Acordo Quadro;
    e. Apresentação de proposta não válida, condicionada ou que possa ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos nos procedimentos pré-contratuais;
    f. Incumprimento da obrigação de remuneração à Entidade Gestora;
    g. Incumprimento da obrigação de apresentação dos relatórios de faturação;
    h. Incumprimento da obrigação de celebração dos contratos ao abrigo do Acordo Quadro nas condições nele previstas;
    i. Recusa no fornecimento e/ou prestação dos serviços objeto do Acordo Quadro às Entidades Adquirentes;
    j. Incumprimento das condições e requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos;
    k. Incumprimento das obrigações que resultam dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro;
3. Para efeitos do disposto nas alíneas d), i), j) e k) do número anterior, considera-se haver incumprimento definitivo suscetível de aplicação de sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o Cocontratante continuar a incorrer em incumprimento.
4. A sanção de resolução é notificada ao Cocontratante por carta registada com aviso de receção com a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos devendo a mesma ser publicitada.
5. A resolução do Acordo Quadro por incumprimento do Cocontratante só produz efeitos em relação aos procedimentos iniciados após a publicitação da respetiva decisão.

6. O direito à resolução sancionatória do Acordo Quadro por parte da Entidade Gestora não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.

Parte II – Aquisições ao Abrigo do Acordo Quadro

Título I – Especificações Mínimas

Cláusula 17ª

(Especificações Mínimas)

Os bens a fornecer devem cumprir com as condições do Caderno de Encargos e com os requisitos técnicos constantes no *Anexo A* do Caderno de Encargos.

Título II – Garantias e Níveis de Serviço

Cláusula 19ª

(Garantia e Assistência Técnica)

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante o bem objeto do presente Acordo Quadro, pelo prazo mínimo de 2 anos, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação.
2. A garantia prevista no número anterior abrange, nomeadamente:
    a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
    b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
    c. A reparação ou substituição de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
    d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
    e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;

g. A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Entidade Adquirente tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de prazo razoável fixado pela Entidade Adquirente e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que os mesmos se destinam.

Cláusula 20ª

(Níveis de Serviço)

Sem prejuízo dos níveis de serviço a concretizar, desenvolver ou a complementar em virtude das particularidades das necessidades aquisitivas das Entidades Adquirentes, o Cocontratante deve cumprir, no mínimo, os seguintes níveis de serviço:

1. O serviço de gestão da encomenda deverá assegurar o cumprimento do prazo de entrega assumido na proposta apresentada no âmbito do procedimento, tendo em consideração que este prazo se inicia na data da outorga do Contrato ou outra que o mesmo refira, e deve ser efetuada de acordo com o seguinte:
    a. Prazo máximo de entrega de 90 (noventa) dias;
    b. Qualquer alteração ao prazo de entrega deve ser comunicada com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à Entidade Adquirente.

Título III - Contratos ao Abrigo do Acordo Quadro

Cláusula 21ª

(Regras dos Procedimentos ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. As Entidades Adquirentes adotarão o Ajuste Direto para a formação dos Contratos a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro, nos termos previstos no artigo 258º do CCP.
2. A aquisição dos bens e serviços ao abrigo do Acordo Quadro é efetuada através de convite ao Cocontratante, não sendo necessária a elaboração de um caderno de encargos, uma vez que o conteúdo dos Contratos a celebrar deverá corresponder às condições estabelecidas no Acordo Quadro.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as Entidades Adquirentes podem concretizar, desenvolver ou complementar o previsto no Acordo Quadro em virtude das particularidades e necessidades cuja satisfação se visa com a celebração do Contrato.
4. As Entidades Adquirentes podem, ainda, atualizar as características dos bens a adquirir ao abrigo do Acordo Quadro, modificando-as ou substituindo-as por outras, desde que se mantenha o tipo de prestação e os objetivos das especificações fixadas no presente procedimento de formação do Acordo Quadro e desde que tal se justifique em função da ocorrência de inovações tecnológicas.
5. Nos procedimentos ao abrigo do Acordo Quadro as Entidades Adquirentes devem prever as especificações técnicas dos bens a adquirir por referência às constantes no presente Acordo Quadro e nos seus anexos ou outras especificações técnicas relevantes em virtude das particularidades da necessidade aquisitiva e, em todo o caso, cumprindo com o disposto no artigo 49º CCP.
6. Não podem ser excluídas propostas com fundamento em desconformidade dos respetivos bens ou serviços com as especificações técnicas fixadas nos termos do número anterior desde que o concorrente demonstre, de forma adequada e suficiente, que as soluções apresentadas na sua proposta satisfazem, de modo equivalente, as exigências definidas por aquelas especificações.
7. Os preços a propor pelo Cocontratante nos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro não podem ser superiores aos preços unitários apresentados nas suas propostas para a formação do Acordo Quadro e estabelecidos no mesmo.
8. As Entidades Adquirentes poderão estabelecer no convite preços unitários máximos, pelos quais se dispõem a contratar, inferiores aos constantes do Acordo Quadro.
9. No caso previsto no número anterior o cocontratante não se encontra vinculado a apresentar proposta.
10. Caso seja lançado um único procedimento com mais do que um lote deve garantir-se o convite a todos os Cocontratantes de cada um dos lotes, e o procedimento deve resultar numa adjudicação por lote.
11. As Entidades Adquirentes poderão recorrer à negociação ou a leilão eletrónico, nos termos previstos no CCP, para melhorar as condições propostas pelo Cocontratante.
12. Nos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro, o Cocontratante poderá apresentar fatores de redução dos preços, designadamente:
    a. Por aquisição de quantidades, com indicação do desconto a efetuar sobre o preço unitário, de acordo com as quantidades;

b. Por descontos financeiros, com a indicação do desconto face ao prazo de pagamento.

13. O prazo para apresentação das propostas não pode ser inferior a 3 (três) dias.
14. As Entidades Adquirentes poderão prever no convite enviado ao Cocontratante a obrigação de apresentação de amostras dos bens propostos, para efeitos de realização de testes de validação das suas características e desempenho, antes da adjudicação dos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro.

Cláusula 22ª

(Forma e Prazo de Vigência dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. Os Contratos cujo preço contratual seja superior a 10.000€ (dez mil euros) devem ser reduzidos a escrito.
2. Os Contratos podem produzir efeitos para além da vigência do Acordo Quadro, desde que não ultrapassem o prazo máximo de 3 (três) anos.
3. A celebração de novo Acordo Quadro com o mesmo objeto impossibilita qualquer renovação, por parte das Entidades Adquirentes, dos Contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro objeto do Caderno de Encargos.
4. As garantias tal como previstas na cláusula 19ª, devem ser reduzidas a escrito.

Cláusula 23ª

(Preço dos contratos celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. Pela aquisição dos bens e serviços objeto dos Contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro e, bem assim, pelo cumprimento das demais obrigações neles constantes, as Entidades Adquirentes obrigam-se a pagar o valor total constante nas propostas adjudicadas nos respetivos procedimentos lançados ao abrigo do Acordo Quadro, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.
2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às entidades adquirentes nomeadamente, deslocação de meios humanos, alimentação, transportes, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 24ª

(Condições de Pagamento dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. As Entidades Adquirentes são exclusivamente responsáveis pelo pagamento dos Contratos que celebrem com o Cocontratantes ao abrigo do Acordo Quadro.
2. As Entidades Adquirentes obrigam-se a pagar ao Cocontratante o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de um dos seguintes modos:
    a. Duas prestações:
        i. 10% com a assinatura do contrato;
        ii. 90% com a entrega dos bens objeto do contrato.
    b. Quatro prestações:
        i. 10% com a assinatura do contrato;
        ii. 30% no 30º dia após a assinatura do contrato;
        iii. 30% no 60º dia após a assinatura do contrato;
        iv. 30% com a entrega dos bens objeto do contrato.
    c. Duas prestações:
        i. 30% com a assinatura do contrato;
        ii. 70% após 180 dias da data da assinatura do contrato.
3. O prazo de pagamento é o que for normalmente praticado por cada entidade adquirente, nos termos da lei, não devendo, contudo, exceder os 60 dias contados da data da receção da fatura, salvo motivo atendível e devidamente justificado face às circunstâncias concretas, a indicar pela entidade adquirente.
4. Nos procedimentos que venham a ser celebrados ao abrigo do presente Acordo Quadro, a emissão de faturas eletrónicas por parte dos contratantes deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e pagamentos em Atraso.

Cláusula 25ª

(Sanções nos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

1. O incumprimento das obrigações contratuais por parte do Cocontratante, por facto que lhe seja imputável, poderá dar lugar à aplicação de sanções pecuniárias até ao valor

limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do direito de resolução do contrato nos termos previstos na cláusula seguinte.

2. Para efeitos do disposto no número anterior deverão, nomeadamente, ser previstas sanções pelo incumprimento dos prazos referidos na cláusula 20ª, que em qualquer caso não poderão exceder o montante de € 50 (cinquenta euros) por cada dia de atraso.
3. Sem prejuízo das sanções que sejam fixadas nos termos previstos nos números anteriores, as Entidades Adquirentes devem aplicar sanções pecuniárias, a definir por si, às entidades Cocontratantes em caso de incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos de fornecimento de serviços definidos no Caderno de Encargos.
4. O valor das sanções pecuniárias pode ser reduzido ao preço contratualizado.

Cláusula 26ª

(Resolução Sancionatória dos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro por parte das Entidades Adquirentes)

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Cocontratante previstas nos Contratos, as Entidades Adquirentes poderão resolver os Contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro, a título sancionatório, nos seguintes casos:
    a. Incumprimento definitivo por facto imputável ao Cocontratante;
    b. Incumprimento, por parte do Cocontratante, de ordens diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução de prestações contratuais;
    c. Oposição reiterada do Cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização das Entidades Adquirentes;
    d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos previstos na lei e nos Contratos, desde que a exigência pelo Cocontratante das obrigações assumidas pelas Entidades Adquirentes contrarie o princípio da boa fé;
    e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no número 1 da cláusula anterior;
    f. Incumprimento pelo Cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;
    g. O Cocontratante se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo Tribunal.

2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do Cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo das Entidades Adquirentes poderem executar eventuais garantias prestadas pelo Cocontratante.

Cláusula 27ª

(Resolução dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro por parte do Cocontratante)

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelas Entidades Adquirentes previstas nos Contratos e independentemente do direito a indeminização, o Cocontratante têm o direito de resolver os Contratos nas seguintes situações:
    a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
    b. Incumprimento definitivo dos Contratos por facto imputável às Entidades Adquirentes;
    c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pelas Entidades Adquirentes por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco porcento) do preço contratual, excluindo juros;
    d. Incumprimento pelas Entidades Adquirentes de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes aos Contratos;
2. O direito à resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial, exceto no caso previsto na alínea c) do número anterior, o qual é exercido mediante declaração enviada às Entidades Adquirentes, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se as Entidades Adquirentes cumprirem com as obrigações em atraso.

Cláusula 28ª

(Cessão e Subcontratação nos Contratos Celebrados ao Abrigo do Acordo Quadro)

A cessão da posição contratual e subcontratação dependem de autorização prévia e por escrito das Entidades Adquirentes e nos termos do CCP.

Parte III – Disposições Finais

Cláusula 29º

(Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial)

São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do Acordo Quadro ou dos Contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 30ª

(Comunicações e Notificações)

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre a Entidade Gestora ou Entidades Adquirentes e o Cocontratante devem ser efetuadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada simples ou com aviso de receção, ou fax.
2. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada simples considera-se recebida na data de depósito indicada pelos serviços postais e por carta registada com aviso de receção, na data em que for assinado o aviso.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

Cláusula 31ª

(Sigilo e Confidencialidade)

1. As partes outorgantes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto do Acordo Quadro, e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos no fornecimento ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Excluem-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do presente Acordo Quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e ou sejam de conhecimento público.

Cláusula 32ª

(Casos fortuitos ou de força maior)

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Acordo Quadro.
2. Entende-se por fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir casos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins, determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituem casos de força maior, designadamente:
    a. Greves ou conflitos laborais limitados ao Cocontratante, às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    b. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante dos deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
    c. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
    d. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
    e. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
    f. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.
6. A situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 33ª

(Cessão da posição contratual no Acordo Quadro)

O Cocontratante pode ceder a sua posição no Acordo Quadro mediante autorização prévia e por escrito da Entidade Gestora e nos termos do CCP.

Cláusula 34ª

(Foro Competente)

Para a apreciação de questões e resolução dos litígios relativos à interpretação, validade ou execução do Acordo Quadro, fica estipulada a competência da Comarca de Oeiras, com expressa renúncia a qualquer outra.

Oeiras, 19 de Junho de 2020

FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO

Digitally signed by FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO
DN: c=PT, o=MUNICIPIA - EMPRESA CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMACAO, EM, SA, 2.5.4.97=VATPT-504475606, ou=Certificate Profile - Qualified Certificate - Representative, ou=Terms of use at https://www.digitalsign.pt/ECDIGITALSIGN/rpa, ou=Entitlement - ASSINAR EM PLATAFORMAS ELECTRONICAS DE CONTRATACAO, ou=Obs1 - COM PODERES PARA VINCULAR A ENTIDADE, email=info@municipia.pt, serialNumber=PNOPT-07209992, sn=TRIGO, givenName=FERNANDO DO NASCIMENTO, cn=FERNANDO DO NASCIMENTO TRIGO
Date: 2020.06.19 11:42:33 +01'00'

Pela Entidade Gestora

DELENCS, S.A.

Pelo Cocontratante

Anexos:

Anexo I – Identificação e Descrição dos Lotes que integram a totalidade do Acordo Quadro

Anexo II – Descrição do preço da(s) proposta(s) adjudicada(s) ao Cocontratante

Anexo I

Identificação e Descrição dos Lotes que integram a totalidade do Acordo Quadro

a. **Conjunto 1 – Unidades Móveis de Saúde;**

i. **Lote 1-A** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão, com potência entre os 130 cv (inclusive) e os 160 cv (inclusive), com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

ii. **Lote 1-B** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão, com potência superior a 160 cv, com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

iii. **Lote 1-C** – Veículo transformado, com carroçaria Contentor, com potência entre os 140 cv (inclusive) e os 165 cv (inclusive), com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

iv. **Lote 1-D** – Veículo transformado, com carroçaria Contentor, com potência superior a 165 cv, com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

v. **Lote 1-F** – Veículo transformado, com carroçaria Contentor, com potência entre os 140 cv (inclusive) e os 165 cv (inclusive), com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

vi. **Lote 1-G** – Veículo transformado, com carroçaria Contentor, com potência superior a 165 cv, com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive).

b. **Conjunto 2 – Unidades Móveis de Atendimento;**

i. **Lote 2-A** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão, com potência entre os 130 cv (inclusive) e os 160 cv (inclusive), com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

ii. **Lote 2-B** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão, com potência superior 160 cv, com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

iii. **Lote 2-C** – Veículo transformado, com carroçaria Contentor, com potência entre os 140 cv (inclusive) e os 165 cv (inclusive), com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

iv. **Lote 2-D** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão, com potência superior a 165 cv, com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

c. **Conjunto 3 – Unidades Móveis de Biblioteca;**

i. **Lote 3-A** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão L4, com potência entre os 130 cv (inclusive) e os 160 cv (inclusive), com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

ii. **Lote 3-B** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão L4, com potência superior a 160 cv, com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive).

d. **Conjunto 4 – Unidades Móveis de Proximidade;**

i. **Lote 4-A** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão L4, com potência entre os 130 cv (inclusive) e os 160 cv (inclusive), com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive);

ii. **Lote 4-B** – Veículo transformado, com carroçaria Furgão L4, com potência superior a 160 cv, com cilindrada entre os 1990 cm^3 (inclusive) e os 2200 cm^3 (inclusive).

e. **Conjunto 5 – Unidades Móveis de Prestação de Cuidados de Saúde Domiciliários na comunidade, para equipas multidisciplinares;**

i. **Lote 5-A** – Veículo elétrico, com carroçaria tipo carrinha ligeira de passageiros, com autonomia superior ou igual a 200 km, bagageira com capacidade maior do que 500 kg e com 5 lugares;

ii. **Lote 5-B** - Veículo híbrido, com carroçaria tipo carrinha ligeira de passageiros, com potência mínima de 120 Cv, bagageira com capacidade maior que 500 litros e com 5 lugares.

f. **Conjunto 6 – Carregador de Parede Doméstico tipo "Wall box"**

i. **Lote 6.1** – Adaptação a Quadro Parcial existente;
ii. **Lote 6.2** - Ativação RFID;
iii. **Lote 6.3** - Carregador Monofásico 1,4-7,7kW 6-32A Portátil SAE J1772;
iv. **Lote 6.4** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Base Tipo 2;
v. **Lote 6.5** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 1, ≤5 m;
vi. **Lote 6.6** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
vii. **Lote 6.7** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Base Tipo 2;
viii. **Lote 6.8** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 1, ≤5 m;
ix. **Lote 6.9** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
x. **Lote 6.10** - Carregador Trifásico 11 kW / 3 x16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
xi. **Lote 6.11** - Carregador Trifásico 11 KW/ 3 x16A c/ Base Tipo 2;
xii. **Lote 6.12** - Carregador Trifásico 22 kW 3x32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
xiii. **Lote 6.13** - Carregador Trifásico 22 kW/ 3x32A c/ Base Tipo 2;
xiv. **Lote 6.14** - Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades;
xv. **Lote 6.15** - Comunicação Ethernet;
xvi. **Lote 6.16** - Contador Monofásico C/ Certificação MID;
xvii. **Lote 6.17** - Contador Trifásico C/ Certificação MID;
xviii. **Lote 6.18** - Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A;

xix. **Lote 6.19** - Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A;
xx. **Lote 6.20** - Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m;
xxi. **Lote 6.21** - Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento;
xxii. **Lote 6.22** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xxiii. **Lote 6.23** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 11kW 16A;
xxiv. **Lote 6.24** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xxv. **Lote 6.25** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 11kW 3 x16A;
xxvi. **Lote 6.26** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 7,4 kW 32A;
xxvii. **Lote 6.27** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 11kW 32A;
xxviii. **Lote 6.28** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xxix. **Lote 6.29** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A;
xxx. **Lote 6.30** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Monofásica 3,7kW 16A, e 7,4kW 32A (*c, d);
xxxi. **Lote 6.31** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Trifásica 11kW 16A, e 22kW 32A (*c, d);
xxxii. **Lote 6.32** - Quadro Parcial, carregador elétrico
xxxiii. **Lote 6.33** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xxxiv. **Lote 6.34** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Trifásico 3,7kW 16A;
xxxv. **Lote 6.35** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xxxvi. **Lote 6.36** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A;
xxxvii. **Lote 6.37** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A;
xxxviii. **Lote 6.38** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A;
xxxix. **Lote 6.39** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A;
xl. **Lote 6.40** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A;
xli. **Lote 6.41** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xlii. **Lote 6.42** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xliii. **Lote 6.43** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A;
xliv. **Lote 6.44** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A;
xlv. **Lote 6.45** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xlvi. **Lote 6.46** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xlvii. **Lote 6.47** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A;
xlviii. **Lote 6.48** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A.

g. **Conjunto 7– Carregadores para Espaços Públicos**
   i. **Lote 7.1** - Adaptação a Quadro Parcial existente;
   ii. **Lote 7.2** - Ativação RFID;

iii. **Lote 7.3** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
iv. **Lote 7.4** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
v. **Lote 7.5** - Carregador Trifásico 11 kW / 3 x16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
vi. **Lote 7.6** - Carregador Trifásico 22 kW 3 x 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
vii. **Lote 7.7** - Carregador Trifásico 43 kW 3 x 63A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;
viii. **Lote 7.8** - Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades;
ix. **Lote 7.9** - Comunicação Ethernet;
x. **Lote 7.10** - Contador Monofásico C/ Certificação MID;
xi. **Lote 7.11** - Contador Trifásico C/ Certificação MID;
xii. **Lote 7.12** - Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A;
xiii. **Lote 7.13** - Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A;
xiv. **Lote 7.14** - Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m;
xv. **Lote 7.15** - Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento;
xvi. **Lote 7.16** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xvii. **Lote 7.17** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 11kW 16A;
xviii. **Lote 7.18** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xix. **Lote 7.19** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 11 kW 3 x16A;
xx. **Lote 7.20** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xxi. **Lote 7.21** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 22kW 32A;
xxii. **Lote 7.22** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xxiii. **Lote 7.23** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A;
xxiv. **Lote 7.24** - Proteção 63A Completas (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 43 kW 3x63A;
xxv. **Lote 7.25** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Monofásica 3,7kW 16A, e 7,4kW 32A (*c, d);
xxvi. **Lote 7.26** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Trifásica 11kW 16A, e 22kW 32A (*c, d);
xxvii. **Lote 7.27** - Quadro Parcial p/ carregador elétrico;
xxviii. **Lote 7.28** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xxix. **Lote 7.29** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xxx. **Lote 7.30** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 3,7kW 16A;
xxxi. **Lote 7.31** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A;
xxxii. **Lote 7.32** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A;
xxxiii. **Lote 7.33** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A;
xxxiv. **Lote 7.34** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A;
xxxv. **Lote 7.35** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A;
xxxvi. **Lote 7.36** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;
xxxvii. **Lote 7.37** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;
xxxviii. **Lote 7.38** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A;
xxxix. **Lote 7.39** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A;

xl. **Lote 7.40** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xli. **Lote 7.41** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xlii. **Lote 7.42** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A;

xliii. **Lote 7.43** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A;

Anexo II

Descrição do preço da(s) proposta(s) adjudicada(s) ao Cocontratante

a. **Conjunto 6 – Carregador de Parede Doméstico tipo "Wall box"**

I. **Lote 6.1** – Adaptação a Quadro Parcial existente- € 1.100 (mil e cem euros);

II. **Lote 6.2** - Ativação RFID- € 46 (quarenta e seis euros);

III. **Lote 6.3** - Carregador Monofásico 1,4-7,7kW 6-32A Portátil SAE J1772- € 1.000 (mil euros);

IV. **Lote 6.4** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Base Tipo 2- € 1.260 (mil duzentos e sessenta euros);

V. **Lote 6.5** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 1, ≤5 m- € 1.173 (mil cento e setenta e três euros);

VI. **Lote 6.6** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 1.212 (mil duzentos e doze euros);

VII. **Lote 6.7** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Base Tipo 2- € 1.325 (mil trezentos e vinte e cinco mil);

VIII. **Lote 6.8** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 1, ≤5 m- € 1.347 (mil trezentos e quarenta e sete euros);

IX. **Lote 6.9** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 1.299 (mil duzentos e noventa e nove euros);

X. **Lote 6.10** - Carregador Trifásico 11 kW / 3 x16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 1.520 (mil quinhentos e vinte euros);

XI. **Lote 6.11** - Carregador Trifásico 11 KW/ 3 x16A c/ Base Tipo 2- € 1.433 (mil quatrocentos e trinta e três euros);

XII. **Lote 6.12** - Carregador Trifásico 22 kW 3x32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 1.694 (mil seiscentos e noventa e quatro euros);

XIII. **Lote 6.13** - Carregador Trifásico 22 kW/ 3x32A c/ Base Tipo 2- € 1.520 (mil quinhentos e vinte euros);

XIV. **Lote 6.14** - Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades- € 17 (dezassete euros);

XV. **Lote 6.15** - Comunicação Ethernet- € 55 (cinquenta e cinco euros);

XVI. **Lote 6.16** - Contador Monofásico C/ Certificação MID- € 240 (duzentos e quarenta euros);

XVII. **Lote 6.17** - Contador Trifásico C/ Certificação MID- € 250 (duzentos e cinquenta euros);

XVIII. **Lote 6.18** - Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A - € 98 (noventa e oito euros);

XIX. **Lote 6.19** - Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A- € 146 (cento e quarenta e seis euros);

XX. **Lote 6.20** - Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m- € 1.895 (mil oitocentos e noventa e cinco);

XXI. **Lote 6.21** - Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento- € 805,20 (oitocentos e cinco euros, vinte cêntimos);

XXII. **Lote 6.22** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 2.200 (dois mil e duzentos euros);

XXIII. **Lote 6.23** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 11kW 16A- € 360 (trezentos e sessenta euros);

XXIV. **Lote 6.24** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 986 (novecentos e oitenta e seis euros);

XXV. **Lote 6.25** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 11kW 3 x16A - € 1.564 (mil quinhentos e sessenta e quatro);

XXVI. **Lote 6.26** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 7,4 kW 32A - € 412 (quatrocentos e doze euros);

XXVII. **Lote 6.27** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 11kW 32A- € 247 (duzentos e quarenta e sete euros);

XXVIII. **Lote 6.28** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 999 (novecentos e noventa e nove euros);

XXIX. **Lote 6.29** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A- € 1.607 (mil seiscentos e sete euros);

XXX. **Lote 6.30** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Monofásica 3,7kW 16A, e 7,4kW 32A (*c, d) - € 1.350 (mil trezentos e cinquenta euros);

XXXI. **Lote 6.31** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Trifásica 11kW 16A, e 22kW 32A (*c, d) - € 2.300 (dois mil e trezentos euros);

XXXII. **Lote 6.32** - Quadro Parcial, carregador elétrico - € 2.300 (dois mil e trezentos euros);

XXXIII. **Lote 6.33** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 85 (Oitenta e cinco euros);

XXXIV. **Lote 6.34** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Trifásico 3,7kW 16A- € 85 (Oitenta e cinco euros);

XXXV. **Lote 6.35** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A - € 150 (cento e cinquenta euros);

XXXVI. **Lote 6.36** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A- € 150 (cento e cinquenta euros);

XXXVII. **Lote 6.37** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A- € 412 (quatrocentos e doze euros);

XXXVIII. **Lote 6.38** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A- € 429 (quatrocentos e vinte e nove euros)

XXXIX. **Lote 6.39** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A- € 412 (quatrocentos e doze euros);

XL. **Lote 6.40** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A- € 464 (quatrocentos e sessenta e quatro euros);

XLI. **Lote 6.41** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 412 (quatrocentos e doze euros);

XLII. **Lote 6.42** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 478 (quatrocentos e setenta e oito euros);

XLIII. **Lote 6.43** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A- € 412 (quatrocentos e doze euros);

XLIV. **Lote 6.44** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A- € 478 (quatrocentos e setenta e oito euros);

XLV. **Lote 6.45** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 412 (quatrocentos e doze euros);

XLVI. **Lote 6.46** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 430 (quatrocentos e trinta euros)

XLVII. **Lote 6.47** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A- € 412 (quatrocentos e doze euros);

XLVIII. **Lote 6.48 -** Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A- € 543 (quinhentos e quarenta e três euros).

b. **Conjunto 7– Carregadores para Espaços Públicos**

I. **Lote 7.1 -** Adaptação a Quadro Parcial existente- € 890 (oitocentos e noventa euros);
II. **Lote 7.2 -** Ativação RFID- € 75 (setenta e cinco euros);
III. **Lote 7.3 -** Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 1.900 (mil e novecentos euros);
IV. **Lote 7.4 -** Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 1.800 (mil e oitocentos euros);
V. **Lote 7.5 -** Carregador Trifásico 11 kW / 3 x16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 2.050 (dois mil e cinquenta euros);
VI. **Lote 7.6 -** Carregador Trifásico 22 kW 3 x 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 2.300 (dois mil e trezentos euros);
VII. **Lote 7.7 -** Carregador Trifásico 43 kW 3 x 63A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m- € 3.700 (três mil e setecentos);.
VIII. **Lote 7.8 -** Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades- € 17 (dezassete euros);
IX. **Lote 7.9 -** Comunicação Ethernet- € 55 (cinquenta e cinco euros);
X. **Lote 7.10 -** Contador Monofásico C/ Certificação MID- € 240 (duzentos e quarenta euros);
XI. **Lote 7.11 -** Contador Trifásico C/ Certificação MID- € 250 (duzentos e cinquenta euros);
XII. **Lote 7.12 -** Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A- € 150 (cento e cinquenta euros);
XIII. **Lote 7.13 -** Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A- € 180 (cento e oitenta euros);
XIV. **Lote 7.14 -** Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m- € 1.895 (mil e oitocentos e noventa e cinco euros);
XV. **Lote 7.16 -** Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 2.200 (dois mil e duzentos euros);
XVI. **Lote 7.18 -** Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 999 (novecentos e noventa e nove euros)
XVII. **Lote 7.19 -** Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 11 kW 3 x16A- € 1.694 (mil seiscentos e noventa e quatro euros);
XVIII. **Lote 7.20 -** Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 412,50 (quatrocentos e doze euros e cinquenta cêntimos);
XIX. **Lote 7.22 -** Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 999 (novecentos e noventa e nove euros);
XX. **Lote 7.23 -** Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A- € 1.716 (mil setecentos e dezasseis euros);
XXI. **Lote 7.25 -** Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Monofásica 3,7kW 16A, e 7,4kW 32A (*c, d) - € 782 (setecentos e oitenta e dois euros);
XXII. **Lote 7.26 -** Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Trifásica 11kW 16A, e 22kW 32A (*c, d) - € 1.215 (mil duzentos e quinze euros);
XXIII. **Lote 7.27 -** Quadro Parcial p/ carregador elétrico- € 2.300 (dois mil e trezentos euros);
XXIV. **Lote 7.28 -** Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 105 (cento e cinco euros);

XXV. **Lote 7.29** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 130 (cento e trinta euros);

XXVI. **Lote 7.30** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 3,7kW 16A- € 105 (cento e cinco euros);

XXVII. **Lote 7.31** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A- € 130 (cento e trinta euros);

XXVIII. **Lote 7.32** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A- € 500 (quinhentos euros);

XXIX. **Lote 7.33** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A- € 543 (quinhentos e quarenta e três euros);

XXX. **Lote 7.34** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A- € 478 (quatro centos e setenta e oito euros);

XXXI. **Lote 7.35** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A- €543 (quinhentos e quarenta e três euros);

XXXII. **Lote 7.36** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 550 (quinhentos e cinquenta euros);

XXXIII. **Lote 7.37** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 600 (seiscentos euros);

XXXIV. **Lote 7.38** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A- € 575 (quinhentos e setenta e cinco euros);

XXXV. **Lote 7.39** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A- € 650 (seiscentos e cinquenta euros);

XXXVI. **Lote 7.40** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A- € 550 (quinhentos e cinquenta euros);

XXXVII. **Lote 7.41** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A- € 650 (seiscentos e cinquenta euros);

XXXVIII. **Lote 7.42** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A- € 550 (quinhentos e cinquenta euros);

XXXIX. **Lote 7.43** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A- € 750 (setecentos e cinquenta euros).

Adenda ao Acordo Quadro para Aquisição Unidades Móveis II

(CNCM-AQ/21/2020)

ENTRE:

MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A., pessoa coletiva n.º 504475606, com sede em Taguspark, Edifício Ciência II, nº 11, 3º Piso B. Porto Salvo, na qualidade de entidade gestora da CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS, nos termos do Regulamento 548/2016, de 2 de Junho pulicado na Serie II do Diário da República n.º 106/2016, Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central Nacional de Compras Municipais, aqui representada por Fernando do Nascimento Trigo, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o ato, doravante designada **"Entidade Gestora"**

E

HELENOS, S.A., pessoa coletiva n.º 502601370, com sede na Travessa da Rua do Viso, n.º 2, Cave Esquerda, 3080-175 Figueira da Foz, aqui representada por Fernando de Oliveira Heleno e Albano Jorge de Oliveira Heleno, ambos na qualidade de administradores, com poderes para o ato, adiante designada por **"Cocontratante"**

Ambas adiante, também designadas, em conjunto, por **"Partes"**

Considerando que:

a) Por decisão de contratar do Conselho de Administração da Entidade Gestora, datada de 09.04.2020, foi iniciado o procedimento por Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis II – CNCM - AQ/21/2020;
b) Em 21.05.2020 o Cocontratante apresentou proposta no referido Concurso Público;
c) Por decisão do Conselho de Administração da Entidade Gestora, datada de 08.06.2020, foi adjudicada a proposta apresentada pelo Cocontratante para os Lotes 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 6.9, 6.10, 6.11, 6.12, 6.13, 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18, 6.19, 6.20, 6.21, 6.22, 6.23, 6.24, 6.25, 6.26, 6.27, 6.28, 6.29, 6.30, 6.31, 6.32, 6.33, 6.34, 6.35, 6.36, 6.37, 6.38, 6.39, 6.40, 6.41, 6.42, 6.43, 6.44, 6.45, 6.46, 6.47, 6.48, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.16, 7.18, 7.19, 7.20, 7.22, 7.23, 7.24, 7.25, 7.26, 7.27, 7.28, 7.29, 7.30, 7.31, 7.32, 7.33, 7.34, 7.35, 7.36, 7.37, 7.38, 7.39, 7.40, 7.41, 7.42, 7.43.
d) Em 19.06.2020 as Partes celebraram o Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis II (Lotes 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, 6.8, 6.9, 6.10, 6.11, 6.12, 6.13, 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18, 6.19, 6.20, 6.21, 6.22, 6.23, 6.24, 6.25, 6.26, 6.27, 6.28, 6.29, 6.30, 6.31, 6.32, 6.33, 6.34, 6.35, 6.36, 6.37, 6.38, 6.39, 6.40, 6.41, 6.42, 6.43, 6.44, 6.45, 6.46, 6.47, 6.48, 7.1, 7.2, 7.3,

7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.16, 7.18, 7.19, 7.20, 7.22, 7.23, 7.24, 7.25, 7.26, 7.27, 7.28, 7.29, 7.30, 7.31, 7.32, 7.33, 7.34, 7.35, 7.36, 7.37, 7.38, 7.39, 7.40, 7.41, 7.42, 7.43)

e) No âmbito do referido Acordo Quadro, o Cocontratante obrigou-se a fornecer às Entidades Adjudicantes que integrem a CNCM, sempre que estas o convidem a apresentar proposta em procedimentos iniciados ao abrigo do Acordo Quadro, os seguintes bens:

a. **Carregadores de Parede Domésticos tipo "Wall box"**

i. **Lote 6.1** – Adaptação a Quadro Parcial existente;

ii. **Lote 6.2** - Ativação RFID;

iii. **Lote 6.3** - Carregador Monofásico 1,4-7,7kW 6-32A Portátil SAE J1772;

iv. **Lote 6.4** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Base Tipo 2;

v. **Lote 6.5** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 1, ≤5 m;

vi. **Lote 6.6** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

vii. **Lote 6.7** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Base Tipo 2;

viii. **Lote 6.8** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 1, ≤5 m;

ix. **Lote 6.9** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

x. **Lote 6.10** - Carregador Trifásico 11 kW / 3 x16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

xi. **Lote 6.11** - Carregador Trifásico 11 KW/ 3 x16A c/ Base Tipo 2;

xii. **Lote 6.12** - Carregador Trifásico 22 kW 3x32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

xiii. **Lote 6.13** - Carregador Trifásico 22 kW/ 3x32A c/ Base Tipo 2;

xiv. **Lote 6.14** - Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades;

xv. **Lote 6.15** - Comunicação Ethernet;

xvi. **Lote 6.16** - Contador Monofásico C/ Certificação MID;

xvii. **Lote 6.17** - Contador Trifásico C/ Certificação MID;

xviii. **Lote 6.18** - Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A;

xix. **Lote 6.19** - Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A;

xx. **Lote 6.20** - Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m;

xxi. **Lote 6.21** - Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento;

xxii. **Lote 6.22** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xxiii. **Lote 6.23** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 11kW 16A;

xxiv. **Lote 6.24** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xxv. **Lote 6.25** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 11kW 3 x16A;

xxvi. **Lote 6.26** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 7,4 kW 32A;

xxvii. **Lote 6.27** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Trifásico 11kW 32A;

xxviii. **Lote 6.28** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xxix. **Lote 6.29** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A;

xxx. **Lote 6.30** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Monofásica 3,7kW 16A, e 7,4kW 32A (*c, d);

xxxi. **Lote 6.31** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Trifásica 11kW 16A, e 22kW 32A (*c, d);

xxxii. **Lote 6.32** - Quadro Parcial, carregador elétrico

xxxiii. **Lote 6.33** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xxxiv. **Lote 6.34** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Trifásico 3,7kW 16A;

xxxv. **Lote 6.35** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xxxvi. **Lote 6.36** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A;

xxxvii. **Lote 6.37** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A;

xxxviii. **Lote 6.38** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A;

xxxix. **Lote 6.39** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A;

xl. **Lote 6.40** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A;

xli. **Lote 6.41** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xlii. **Lote 6.42** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xliii. **Lote 6.43** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A;

xliv. **Lote 6.44** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A;

xlv. **Lote 6.45** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xlvi. **Lote 6.46** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xlvii. **Lote 6.47** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A;

xlviii. **Lote 6.48** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A.

b. **Carregadores para Espaços Públicos**

i. **Lote 7.1** - Adaptação a Quadro Parcial existente;

ii. **Lote 7.2** - Ativação RFID;

iii. **Lote 7.3** - Carregador Monofásico 3,7 KW/ 16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

iv. **Lote 7.4** - Carregador Monofásico 7,4 KW/ 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

v. **Lote 7.5** - Carregador Trifásico 11 kW / 3 x16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

vi. **Lote 7.6** - Carregador Trifásico 22 kW 3 x 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

vii. **Lote 7.7** - Carregador Trifásico 43 kW 3 x 63A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m;

viii. **Lote 7.8** - Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades;

ix. **Lote 7.9** - Comunicação Ethernet;

x. **Lote 7.10** - Contador Monofásico C/ Certificação MID;

xi. **Lote 7.11** - Contador Trifásico C/ Certificação MID;

xii. **Lote 7.12** - Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A;

xiii. **Lote 7.13** - Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A;

xiv. **Lote 7.14** - Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m;

xv. **Lote 7.16** - Proteção 16A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xvi. **Lote 7.18** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xvii. **Lote 7.19** - Proteção 16A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 11 kW 3 x16A;

xviii. **Lote 7.20** - Proteção 32A (*a, b, c, e) para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xix. **Lote 7.22** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xx. **Lote 7.23** - Proteção 32A completa (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A;

xxi. **Lote 7.24** - Proteção 63A Completas (*a, b, c, d) para carregador Trifásico 43 kW 3x63A;

xxii. **Lote 7.25** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Monofásica 3,7kW 16A, e 7,4kW 32A (*c, d);

xxiii. **Lote 7.26** - Proteção contra Sobretensão Transitória C/ Interruptor Diferencial, Trifásica 11kW 16A, e 22kW 32A (*c, d);

xxiv. **Lote 7.27** - Quadro Parcial p/ carregador elétrico;

xxv. **Lote 7.28** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xxvi. **Lote 7.29** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xxvii. **Lote 7.30** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 3,7kW 16A;

xxviii. **Lote 7.31** - Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A;

xxix. **Lote 7.32** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A;

xxx. **Lote 7.33** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A;

xxxi. **Lote 7.34** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A;

xxxii. **Lote 7.35** - Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A;

xxxiii. **Lote 7.36** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xxxiv. **Lote 7.37** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xxxv. **Lote 7.38** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A;

xxxvi. **Lote 7.39** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A;

xxxvii. **Lote 7.40** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A;

xxxviii. **Lote 7.41** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A;

xxxix. **Lote 7.42** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A;

xl. **Lote 7.43** - Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A;

f) Os preços constantes da proposta do Cocontratante que deram origem ao preço contratual encontravam-se em total consonância com as cotações verificadas no mercado;

g) O preço fixado no Acordo Quadro, celebrado com o Cocontratante, garantiam o fornecimento e instalação dos bens contratados e acomodavam todas as despesas decorrentes dos custos, nomeadamente de *stocks*, logística, mão-de-obra, deslocações, tratamento de resíduos e a legitima margem de lucro;

h) Acontece que, como é do conhecimento geral, desde março de 2020, com a pandemia do vírus SARS-Cov-2, depois, com a crise global energética e, atualmente, com a guerra entre a Rússia a Ucrânia têm-se registado aumentos sucessivos e abruptos nos custos das matérias-primas e dos materiais;

i) De facto, os fatores acima referidos aos quais acresce a situação excecional nas cadeias de abastecimento resultaram num aumento significativo dos custos de produção e transporte, o que está a causar graves consequências na economia em geral;

j) Quanto à indústria automóvel, e como é, de resto, do conhecimento público, este sector atravessa uma crise com impacto negativo na capacidade produtiva dada a falta de matéria-prima;

k) Concretamente no que se refere à produção de veículos elétricos, a escassez de componentes elétricos e metais raros resultou num aumento dos custos tal que torna impossível a sua não repercussão nos preços;

l) Com impacto significativo para a execução do Acordo Quadro celebrado com o Cocontratante, os mercados de matérias-primas e semicondutores, necessários à produção dos carregadores dos veículos elétricos, tem sofrido variações diárias abruptas e totalmente imprevisíveis;

m) A situação acima descrita está, pois, a ter implicações negativas no fornecimento dos carregadores contratados;

n) No caso particular dos metais raros, absolutamente necessários à produção dos carregadores contratados, os preços sofreram variações nunca antes registadas, conforme quadro infra, cujos dados resultam da consulta ao site https://www.investing.com/:

Metal	15/03/2020	08/06/2022	Variação
Cobre	$4 933,00	$10 255,50	208%
Alumínio	$1 470,00	$3 441,00	234%
Níquel	$12 737,00	$33 222,50	261%
Zinco	$1 867,00	$4 343,00	233%
Estanho	$13 943,00	$42 493,00	305%

Tabela 1 - Cotação em $/Ton

o) A taxa média de crescimento do preço destes metais é, pois, de 248%.

p) Em razão da elevação exacerbada no custo dos insumos, a continuidade do fornecimento dos bens objeto do Acordo Quadro, tornou-se, portanto, extremamente onerosa para o Cocontratante;

q) As circunstâncias em que as Partes do Acordo Quadro fundaram a sua decisão de contratar sofreram, assim, uma alteração anormal e imprevisível máxime, no que se refere aos preços das matérias-primas;

r) Efetivamente, quando a Entidade Gestora iniciou o procedimento para formação do Acordo Quadro (abril de 2020) e o Cocontratante apresentou a sua proposta (maio de 2020), não era, de todo em todo, expectável que os preços de referência dos componentes que integram os bens a fornecer viessem a subir nos moldes entretanto registados;

s) O preço a praticar no âmbito do Acordo Quadro foi formado com base em premissas e circunstâncias, que por facto alheio às Partes, deixaram de se verificar;

t) Não se afigura, por isso, justo nem razoável que o Cocontratante seja excessiva e desproporcionalmente onerado com a execução do Acordo Quadro em virtude da alteração de circunstâncias por facto que não lhe pode ser imputável;

u) Efetivamente, constata-se que a execução do Acordo Quadro por parte do Cocontratante nos termos contratados afigura-se, atualmente, excessivamente onerosa para este, com repercussões significativas nos seus custos e margem de lucro;

v) O contratante, não consegue, pois, continuar a fornecer os bens objeto do Acordo Quadro sem que para tal haja lugar a uma revisão dos preços, em percentagem do estritamente necessário, para que este consiga fazer face a estes aumentos inesperados de custos;

w) Aliás, o Cocontratante tem vindo já a fornecer ao abrigo do Acordo Quadro bens cujo preço é superior ao preço que está contemplado na proposta que lhe foi adjudicada;

x) Assim, deverá ser ponderada a modificação do Acordo Quadro, através de uma atualização de preços;

y) Ao Acordo Quadro é aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos ("CCP"), aprovado pela Lei nº18/2008 de 29 de janeiro;

z) O CCP foi recentemente alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que passou a vigorar a partir de 20 de junho de 2021;

aa) De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 27º do referido diploma legal, "*As alterações à parte III do Código dos Contratos Públicos relativas a modificação de contratos e respetivas consequências aprovadas pela presente lei aplicam-se aos contratos que (...) Se encontrem em execução à data da sua entrada em vigor, desde que o fundamento da modificação decorra de facto ocorrido após essa data*";

bb) Na medida em que o fundamento para a modificação do Acordo Quadro veio a ser suscitado após o dia 21 de junho de 2021, ser-lhe-ão aplicáveis as disposições contidas nos artigos 311º e seguintes do CCP com a redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;

cc) Com efeito, nos termos previstos na al. a) do n.º 1 do artigo 311º em conjugação com o disposto na al. b) do artigo 312º e n.º 1 do artigo 313º, todos do CCP, o contrato pode ser

modificado por acordo entre as Partes com fundamento na *"(...) alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato"*, desde que tal modificação não se traduza *"na alteração da natureza global do contrato, considerando as prestações principais que constituem o seu objeto"*.

dd) Ora, tendo por base o disposto na al. b) do art. 312º do CCP, constata-se que, no presente caso:

a. Houve uma alteração das circunstâncias em que as partes decidiram contratar, traduzida no aumento do preço, designadamente, dos componentes eletrónicos e elétricos, semicondutores, metais raros e transporte;

b. A alteração dos referidos preços afigura-se anormal derivando de acontecimentos que não eram previsíveis à data de celebração do contrato;

c. A execução do contrato nas atuais circunstâncias e nos termos em que foi celebrado causam um prejuízo bastante significativo no património do Cocontratante;

d. Tal prejuízo não cabe no risco normal do contrato, uma vez que o preço de referência atual das matérias-primas é bastante superior aos registados nos períodos homólogos dos anos transatos;

ee) Pelo que, verifica-se estarem preenchidos os requisitos previstos na al. b) do artigo 312º do CCP para que o Acordo Quadro celebrado entre a CNCM e o Cocontratante possa ser modificado por acordo;

ff) Sendo certo que, a modificação do Acordo Quadro na sua Cláusula Preço, tendo por fundamento a alteração anormal das circunstâncias, não se traduz numa alteração global do contrato na aceção dada pelo n.º 1 do artigo 323º do CCP. E,

gg) Nessa medida, estão reunidas todas as condições para que se possa modificar o Acordo Quadro.

hh) Até porque, o disposto no n.º 2 do artigo 314º do CCP confere ao cocontratante o direito à modificação do contrato nos casos em que a alteração anormal das circunstâncias não se deva a qualquer facto imputável às Partes;

ii) Com efeito, em **18 de julho de 2022** foi aprovada modificação do Acordo Quadro celebrado com o Cocontratante através da atualização e revisão de preços.

É livremente celebrada a presente adenda, nos termos previstos na al. b) do art. a312º e n.º 2 do art. 314º, ambos do CCP, que se regerá pelos considerandos supra e pelo seguinte clausulado:

Cláusula 1ª

Pela presente adenda é alterado o Anexo II do Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis II, celebrado com o Cocontratante em 19.06.2020, a que se refere a Cláusula 4ª e aditada a Cláusula 4ª-A, nos seguintes termos:

"ANEXO II

Lote	Designação - Carregador Inteligente de Parede, para Ambientes Privados	Quantidade	Preço Revisto
6.1	Adaptação a Quadro Parcial existente		1 595,00 €
6.2	Ativação RFID		66,70 €
6.3	Carregador Monofásico 1,4-7,7kW 6-32A Portátil SAE J1772		1 450,00 €
6.4	Carregador Monofásico 3,7 KW 16A c/ Base Tipo 2		1 827,00 €
6.5	Carregador Monofásico 3,7 KW 16A c/ Mangueira Tipo1, ≤5 m		1 700,85 €
6.6	Carregador Monofásico 3,7 KW 16A c/ Mangueira Tipo2, ≤5 m		1 757,40 €
6.7	Carregador Monofásico 7,4 KW 32A c/ Base Tipo 2		1 921,25 €
6.8	Carregador Monofásico 7,4 KW 32A c/ Mangueira Tipo 1, ≤5 m		1 953,15 €
6.9	Carregador Monofásico 7,4 KW 32A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m		1 883,55 €
6.10	Carregador Trifásico 11 kW / 3 x16A c/ Mangueira Tipo 2, ≤5 m		2 204,00 €
6.11	Carregador Trifásico 11 KW 3 x16A c/ Base Tipo 2		2 077,85 €
6.12	Carregador Trifásico 22 kW 3x32A c/ Mangueira Tipo2, ≤5 m		2 456,30 €
6.13	Carregador Trifásico 22 kW 3x32A c/ Base Tipo 2		2 204,00 €
6.14	Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades		24,65 €
6.15	Comunicação Ethernet		79,75 €
6.16	Contador Monofásico C/ Certificação MID		348,00 €
6.17	Contador Trifásico C/ Certificação MID		362,50 €
6.18	Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A		142,10 €
6.19	Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A		211,70 €
6.20	Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m		3 032,00 €
6.21	Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento		1 167,54 €
6.22	Proteção 16A (*a,b,c,e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A		3 190,00 €
6.23	Proteção 16A (*a,b,c,e) para carregador Trifásico 11kW 16A		522,00 €
6.24	Proteção 16A completa (*a,b,c,d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A		1 429,70 €
6.25	Proteção 16A completa (*a,b,c,d) para carregador Trifásico 11kW 3 x16A		2 267,80 €
6.26	Proteção 32A (*a,b,c,e) para carregador Monofásico 7,4 kW 32A		597,40 €
6.27	Proteção 32A (*a,b,c,e) para carregador Trifásico 11kW 32A		358,15 €
6.28	Proteção 32A completa (*a,b,c,d) para carregador Monofasico 7,4kW 32A		1 448,55 €
6.29	Proteção 32A completa (*a,b,c,d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A		2 330,15 €
6.30	Proteção contra Sobretensão Transitória C/7,4kW 32A (*e,d)		1 957,50 €
6.31	Proteção contra Sobretensão Transitória C/Interruptor Diferencial, Monofásica 3,7kW 16A, e Interruptor Diferencial, Tri		3 335,00 €
6.32	Quadro Parcial, carregador elétrico		3 335,00 €
6.33	Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Monofásico 3,7kW 16A		123,25 €
6.34	Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 16A para carregador Trifásico 3,7kW 16A		123,25 €
6.35	Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A		217,50 €
6.36	Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A		217,50 €
6.37	Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A		597,40 €
6.38	Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A		622,05 €
6.39	Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A		597,40 €
6.40	Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A		672,80 €
6.41	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A		597,40 €
6.42	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofasico 7,4kW 32A		693,10 €
6.43	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A		597,40 €
6.44	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A		693,10 €
6.45	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2 , ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A		597,40 €
6.46	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A		623,50 €
6.47	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A		597,40 €
6.48	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A		787,35 €

Lote	Designação - Carregador Inteligente para Espaços Públicos	Quantidade	Preço de Revisto
7.1	Adaptação a Quadro Parcial existente		1 290,50 €
7.2	Ativação RFID		108,75 €
7.3	Carregador Monofásico 3,7 KW 16A c. Mangueira Tipo 2, ≤5 m		2 755,00 €
7.4	Carregador Monofásico 7,4 KW 32A c. Mangueira Tipo 2, ≤5 m		2 610,00 €
7.5	Carregador Trifásico 11 kW, 3 x16A c. Mangueira Tipo 2, ≤5 m		2 972,50 €
7.6	Carregador Trifásico 22 kW 3 x 32A c. Mangueira Tipo 2, ≤5 m		3 335,00 €
7.7	Carregador Trifásico 43 kW 3 x 63A c. Mangueira Tipo 2, ≤5 m		24 050,00 €
7.8	Cartões RFID, Lote Mínimo de 5 Unidades		24,65 €
7.9	Comunicação Ethernet		79,75 €
7.10	Contador Monofásico C. Certificação MID		348,00 €
7.11	Contador Trifásico C. Certificação MID		362,50 €
7.12	Dispositivo de Rearme 16A, Monofásico 3,7kW 16A		217,50 €
7.13	Dispositivo de Rearme 32A, Monofásico 7,4kW 32A		261,00 €
7.14	Instalação de equipamento, incluindo cabo de alimentação, L ≤ 50m		3 032,00 €
			- €
7.16	Proteção 16A (*a,b,c,e) para carregador Monofásico 3,7kW 16A		- €
7.17	Pedestal de Suporte p/ parques de estacionamento		1 167,54 €
7.18	Proteção 16A completa (*a,b,c,d) para carregador Monofásico 3,7kW 16A		1 448,19 €
7.19	Proteção 16A completa (*a,b,c,d) para carregador Trifásico 11 kW 3 x16A		2 456,30 €
7.20	Proteção 32A (*a,b,c,e) para carregador Monofásico 7,4kW 32A		2 456,30 €
			- €
7.22	Proteção 32A completa (*a,b,c,d) para carregador Monofásico 7,4kW 32A		1 448,55 €
7.23	Proteção 32A completa (*a,b,c,d) para carregador Trifásico 22 kW 3x32A		2 488,20 €
	Proteção 63A completa (*a,b,c,d) para carregador Trifásico 43 kW 3x63A		3 335,00 €
7.25	Proteção contra Sobretensão Transitória C. Interruptor Diferencial Monofásico 3,7kW 16A, e 7,4kW 32A (*c,d)		1 133,90 €
7.26	Proteção contra Sobretensão Transitória C. Interruptor Diferencial Trifásico 11kW 16A, e 22kW 32A (*c,d)		1 761,75 €
7.27	Quadro Parcial p/ carregador elétrico		3 335,00 €
7.28	Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 3,7kW 16A		152,25 €
7.29	Saída Adicional C. Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Monofásico 7,4kW 32A		188,50 €
7.30	Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 3,7kW 16A		152,25 €
7.31	Saída Adicional C/ Base Schuko de 16A Modo 1 e 2 32A para carregador Trifásico 7,4kW 32A		188,50 €
7.32	Saída Adicional C. Base Tipo 2, Monofásico 3,7kW 16A		725,00 €
7.33	Saída Adicional C/ Base Tipo 2, Monofásico 7,4kW 32A		725,00 €
7.34	Saída Adicional C. Base Tipo 2, Trifásico 11kW 16A		693,10 €
7.35	Saída Adicional C. Base Tipo 2, Trifásico 22kW 32A		787,35 €
7.36	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A		797,50 €
7.37	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A		870,00 €
7.38	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 3,7kW 16A		833,75 €
7.39	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 7,4kW 32A		942,50 €
	Saída Adicional C. Mangueira Tipo 1, ≤ 5 m para carregador Trifásico 43kW 3x63A		- €
7.40	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 3,7kW 16A		797,50 €
7.41	Saída Adicional C/ Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Monofásico 7,4kW 32A		942,50 €
7.42	Saída Adicional C. Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 11kW 3x16A		797,50 €
7.43	Saída Adicional C. Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 22kW 3x32A		1 087,50 €
	Saída Adicional C. Mangueira Tipo 2, ≤ 5 m para carregador Trifásico 43kW 3x63A		6 500,00 €

Cláusula 4ª-A – Revisão de preços

Os preços referidos na Cláusula anterior poderão ser revistos anualmente, no início de cada ano civil, em função das alterações aos preços de referência das matérias-primas, que com o tempo, se verifiquem nos custos do fornecimento dos bens objeto do presente Acordo Quadro"

Cláusula 2ª

Em tudo o mais mantém-se o acordado no Acordo Quadro para Aquisição de Unidades Móveis II, celebrado com o Cocontratante em 19.06.2020, do qual a presente Adenda passa a fazer parte integrante.

Feita em Oeiras aos 19 de julho de 2022, em dois exemplares, destinando-se cada exemplar a cada uma das partes.

Pela Entidade Gestora,

Pelo Cocontratante,

Municípia